



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Procuradoria-Geral de Justiça

53º CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

GRUPO TEMÁTICO I

QUESTÃO 1– Valor : 4 (quatro) pontos.

DISSERTAÇÃO

Tema: Lei Orçamentária.

Disserte dando enfoque aos seguintes tópicos abaixo relacionados, os quais nortearão a correção.

- Qual o modelo orçamentário adotado por nossa Constituição da República de 1988?
- Discorra sobre as controvérsias doutrinárias quanto à natureza orçamentária.
- Considere o tema “Lei Orçamentária” inserida no Estado Democrático participativo brasileiro.
- É possível questionar judicialmente a não aplicação de determinada verba inserta em Lei Orçamentária?

QUESTÃO 2 – Valor : 2 (dois) pontos.

O cidadão que exerceu dois mandatos como prefeito em determinado município pode candidatar-se a cargo da mesma natureza em outro município? Fundamente.

(No máximo quinze linhas).

QUESTÃO 3 – Valor : 2 (dois) pontos.

Em um município mineiro, está em vigor lei, de iniciativa parlamentar, que estendeu a gratuidade no transporte público municipal aos idosos a partir dos sessenta anos de idade. Indaga-se: essa lei é material e formalmente constitucional? Fundamente.

(no máximo quinze linhas).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Procuradoria-Geral de Justiça

QUESTÃO 4 – Valor : 2 (dois) pontos.

O artigo 4º, I, *a* da Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 12.727, de 17 de outubro de 2012, dispõe:

Art. 4º - Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I- as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
[...](Grifei).

Por seu turno, o art. 3º, I, *a* da Lei n.º 1.965, de 05 de junho de 2013, do Município de Conquista-MG, considera como área de preservação permanente, em zonas rurais ou urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 15 (quinze) metros, para os cursos d'água de menos de 10(dez) metros de largura.

A norma municipal, portanto, é menos rígida do que a federal.

Indaga-se: À luz da Constituição da República e do Estado de Minas Gerais, da doutrina e da jurisprudência consolidada de nossos Tribunais, como se soluciona o conflito dessas normas?
(no máximo vinte linhas).

OBSERVAÇÕES:

- 1) **NA DISSERTAÇÃO E NAS RESPOSTAS, CITE, SE FOR O CASO, DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS, SEM, CONTUDO, TRANSCREVÊ-LOS.**
- 2) **OBSERVE O LIMITE DE LINHAS FIXADO PELO EXAMINADOR PARA A RESPOSTA, UMA VEZ QUE NÃO SERÃO CONSIDERADAS AS LINHAS EXCEDENTES.**
- 3) **UTILIZE FOLHAS DISTINTAS PARA A RESPOSTA DA PRIMEIRA QUESTÃO E DAS DEMAIS.**